



AVALIAÇÃO DO INDICADOR DE ICSAP: ESTUDO APLICADO À GESTÃO PÚBLICA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR

Rebeca de Lima Refundini¹, Giovana Andrade Dutra de Resende², Robsmeire Calvo Melo Zurita³

¹Acadêmica do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. refundini81@gmail.com

²Acadêmica do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. gi.andradedr@gmail.com

³Orientadora, Doutora em Enfermagem, Docente no Curso de Medicina, UNICESUMAR. Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. robsmeire.zurita@unicesumar.edu.br

RESUMO

A Atenção Primária de Saúde (APS) tem como objetivo promover um sistema de saúde mais acessível a população e que atenda às suas necessidades (Barros; Aquino; Souza, 2022). Um dos indicadores indiretos mais utilizados para monitorar sua efetividade são as Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP), que impactam diretamente na redução do número de internações hospitalares (Queiroz *et al.*, 2022). A Secretaria Municipal de Saúde realiza a gestão de suas ações através do Plano Municipal de Saúde (PMS) e do Relatório Anual de Gestão (RAG), que irão auxiliar na apresentação dos resultados alcançados no ano (Prefeitura do Município de Maringá, 2025). No entanto, o último PMS de Maringá apresentou uma porcentagem de ICSAP para o ano de 2024 acima do estimado (Maringá, 2021; Maringá, 2025a; Maringá, 2025c). De forma a compreender esse aumento, a presente pesquisa objetiva realizar uma análise comparativa da percepção dos gerentes de APS com os dados coletados do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e o ICSAP nos instrumentos de Gestão Municipal de Maringá/PR no período de 2022 a 2025. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e analítico, com levantamento de dados secundários do Sistema Único de Saúde (SUS), aplicação de questionário com os diretores das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e estudo comparativo entre as informações registradas. Assim, o presente estudo espera auxiliar no contexto da Atenção Primária e do setor hospitalar local, seja no desenvolvimento ou adaptação de ações e políticas públicas em saúde, afetando, assim, a qualidade de vida da população.

PALAVRAS-CHAVE: Gerência em Saúde; Sistemas de Informação Hospitalar; Atenção Primária de Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A Atenção Primária de Saúde (APS) é composta por redes de ação que oferecem promoção, prevenção, tratamento, reabilitação, proteção e vigilância em saúde, visando um sistema mais acessível e capaz de atender à maioria das necessidades da população, tanto individuais quanto coletivas (Barros; Aquino; Souza, 2022). Considerada a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), a APS atua nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), a qual conhece os territórios e reorienta as ações para além do modelo hospitalocêntrico (Barba, 2022).

A Portaria nº 2.436/2017 estabeleceu, por meio da nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), a descentralização da gestão, delegando responsabilidades, prioridades, estratégias e metas para os Planos Municipais, Estaduais e Federais (Brasil, 2017).

Para registro dos dados em saúde gerados no país, tem-se o Sistema de Informação Hospitalar (SIH/SUS), implementado pela portaria GM/MS nº 396/2000, que delega a responsabilidade aos gestores locais do processamento dos registros de atendimento do paciente internado e envio destes para o Ministério da Saúde, para formação do Banco de Dados Nacional. (Secretaria de Atenção à Saúde, 2012).

Nesse contexto, um dos indicadores indiretos mais utilizados para monitorar a efetividade e qualidade do acesso à APS, que permeia também os dados encontrados dentro do SIH, são as Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP). Essas informações demonstram a efetividade dos cuidados em saúde realizados pela APS,



como a prevenção e o diagnóstico precoce, o que impacta diretamente na redução do número de internações hospitalares (Queiroz *et al.*, 2022).

De acordo com Barba (2022), o ICSAP permite analisar o estado de saúde da população, portanto, altas taxas de ICSAP indicam uma APS ineficiente e com baixa resolutividade, que, por consequência, pioram os indicadores de saúde e geram gastos desnecessários e elevados para a esfera pública.

Como exemplo de organização desses cuidados em saúde, A Secretaria Municipal de Saúde de Maringá (PR) possui uma gestão de planejamento que direciona ações, relatórios e projetos voltados à melhoria do sistema de saúde. Nessa estrutura, o Plano Municipal de Saúde (PMS) e o Relatório Anual de Gestão (RAG) atuam como instrumentos para orientar políticas e apresentar resultados. A elaboração do orçamento anual considera indicadores como o ICSAP, integrados ao PMS e ao RAG, para ampliar a efetividade das ações. A execução de ações e o alcance de metas previstas são possíveis com a elaboração do orçamento anual, o qual utiliza de base indicadores como o ICSAP, junto ao PMS e ao RAG, para atingir maior efetividade (Prefeitura do Município de Maringá, 2025).

O PMS de Maringá (2022–2025) fixou para 2024 a meta de 14,09% de internações por condições sensíveis à APS, com redução de 2% em relação a 2023. Porém, o 3º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e o RAG registraram 14,3%, valor próximo ao previsto, mas acima da redução esperada, já que em 2023 o índice foi de 14,44% (Maringá, 2021; Maringá, 2025a; Maringá, 2025c). Em vista dessa porcentagem acima do esperado, observou-se a necessidade analisar os fatores que podem ter contribuído para esse cenário. Assim, a presente pesquisa objetiva realizar uma análise comparativa da percepção dos gerentes de APS com os dados coletados do SIH-SUS e o indicador de ICSAP nos instrumentos de Gestão Municipal de Maringá/PR no período de 2022 a 2025.

O levantamento de dados fragmentados entre o SIH e os instrumentos de gestão municipal relativos às ICSAP, a agregação dos mesmos e a análise comparativa junto à perspectiva dos diretores/gerentes das UBS do município de Maringá, conferem condições para a identificação de possíveis disparidades entre as propostas estabelecidas para esse contexto e pontos de fragilidade nas ações desenvolvidas na Atenção Básica, que podem ter implicações no tratamento das doenças sensíveis à atenção primária e consequente alteração nos índices de internação hospitalar por essas condições.

O conhecimento do cenário local permite à gestão municipal manter ou aprimorar ações efetivas e ajustar atividades de promoção, prevenção e recuperação voltadas às condições sensíveis à APS, reduzindo internações, melhorando a qualidade de vida e direcionando recursos a casos de maior complexidade. Dessa forma, o orçamento municipal poderia ser redirecionado às condições mais graves e que demandam serviços de maior complexidade.

A pesquisa tem como objetivo geral realizar uma análise comparativa entre a percepção dos gerentes de APS, os dados do SIH-SUS e o indicador de ICSAP nos instrumentos de gestão municipal de Maringá/PR, no período de 2022 a 2025. Como objetivos específicos, busca: analisar os dados do SIH-SUS relacionados às ICSAP; avaliar os indicadores presentes no PMS e no RAG; aplicar entrevistas com os gerentes de APS; e comparar essas informações para identificar convergências e divergências entre metas, resultados e percepções.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem mista (quantitativa e qualitativa), de caráter exploratório e analítico, que prosseguirá por meio de três fases: levantamento de dados de fontes secundárias do SUS, aplicação de instrumento de



pesquisa com os diretores/gerentes das UBS de Maringá, e estudo comparativo entre as informações registradas. O estudo abrangerá o período de 2022 a 2025, relativo aos anos correspondentes ao PMS vigente de Maringá, município da região noroeste do estado do Paraná.

Quanto aos dados secundários, pretende-se analisar os indicadores de ICSAP, relacionados ao SIH-SUS, obtidos na plataforma de informações de saúde Tabet, pertencente ao Departamento de Informação e Informática do SUS (DataSUS). Ressalta-se que a Portaria nº 221/2008 instituiu 19 grupos de doenças que compõem a Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária.

Em relação à coleta de dados primários com a gestão de APS, serão realizadas entrevistas com os diretores/gerentes das 35 UBS do município de Maringá (Maringá, 2025b). O instrumento de coleta de dados aplicado será um formulário semiestruturado, desenvolvido pelos pesquisadores, contendo questões que abordam: as metas previstas pelo Plano Municipal de Saúde; a efetividade das ações voltadas ao controle dos 19 grupos de doenças de causas sensíveis à atenção primária; o contexto de atual do município em relação às ICSAP; e a percepção dos diretores/gerentes das UBS sobre o panorama geral das internações hospitalares de residentes em Maringá, considerando os cuidados ofertados na Atenção Primária à Saúde.

Como critérios de inclusão, admitir-se-á somente os dados correspondentes ao período de 2022 a 2025, disponibilizados nos sistemas de informação supracitados no texto, além da participação apenas dos diretores/gerentes das UBS do município. Serão excluídos da pesquisa os dados referentes às edições anteriores do PMS.

A organização dos dados secundários coletados na pesquisa será baseada nos métodos utilizados por Reuter, Souza e Maurici (2019, p. 85), em que as informações serão tabuladas através do programa Microsoft Excel e, posteriormente, exportadas para o software Jamovi 2.5.4. Os dados serão tratados em forma de números absolutos e percentuais, e serão determinadas medidas de tendência central e de dispersão.

Em relação à análise dos dados qualitativos, será utilizada a técnica de Bardin, estruturada em três etapas: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material, com a categorização de dados; e 3) Tratamento dos resultados e interpretação (Paranhos et al., 2023). Para que se mantenha um critério de estratificação das informações, as respostas dos participantes serão segregadas de acordo com a pergunta e, em seguida, agrupadas por compatibilidade, seja por repetição de palavras-chave ou de temática.

A pesquisa utilizará como base teórica, para auxiliar na interpretação dos dados, os artigos publicados nas plataformas UpToDate, IEEE Xplore, Ebscohost, Scopus, ScienceDirect, Periódico CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed (Costa et al., 2023).

A pesquisa seguirá os procedimentos éticos e legais, com a assinatura prévia do TCLE pelos participantes. O projeto será submetido ao CEP, e as demais etapas só ocorrerão após aprovação. O tratamento dos dados obedecerá às resoluções do Conselho Nacional de Saúde (466/2012, 510/2016, 674/2022), à Constituição (art. 5º, X e XIV), ao Código Civil (art. 20) e à LGPD, garantindo o cumprimento de todas as normas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando os dados obtidos, o presente estudo espera auxiliar no contexto da Atenção Primária e do setor hospitalar local, através da análise dos fatores envolvidos nos indicadores de ICSAP, bem como para o meio científico, pela inclusão de dados e questões de relevância ao setor de pesquisa em saúde pública. Ao analisar as informações disponibilizadas nos bancos de dados públicos referentes às ICSAP, realizar o contraponto com os dados dispostos nos instrumentos de gestão municipal e acrescentar a análise



crítica dos gestores municipais quanto a dinâmica que envolve esses indicadores do processo de saúde, demonstrar-se-á a conjuntura da atenção básica quanto às doenças de condições sensíveis e do seu possível impacto no setor público hospitalar maringaense. Os resultados encontrados poderão embasar o desenvolvimento ou adaptação de ações e políticas públicas em saúde locais, afetando, assim, a qualidade de vida da população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que a presente pesquisa aborda um indicador utilizado para avaliar a efetividade das ações da Atenção Básica e a diversidade apresentada nos serviços de saúde em todo o país, a replicação desse estudo irá possibilitar a identificação de possíveis disparidades em cada região e, assim, a adequação das ações e políticas públicas em saúde, a fim de aprimorar a atenção básica e reduzir as ICSAP, fatores que afetam tanto a qualidade de vida da população quanto a gestão financeira municipal. Ademais, acredita-se que esse estudo também poderá ser relevante no complemento da literatura existente, uma vez que amplia a discussão sobre a temática, frente à necessidade constante de atualização dos dados em saúde pública.

REFERÊNCIAS

BARBA, Maria Luiza de. Impacto da estratégia saúde da família nas internações hospitalares por condições sensíveis à atenção primária. **Brazilian Journal Of Development**, [S.l.], v. 8, n. 10, p. 66141-66151, 6 out. 2022. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv8n10-088>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52850>. Acesso em: 02 maio 2025.

BARROS, Rafael Damasceno de; AQUINO, Rosana; SOUZA, Luis Eugênio Portela Fernandes. Evolução da estrutura e resultados da Atenção Primária à Saúde no Brasil entre 2008 e 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 11, p. 4289-4301, nov. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320222711.02272022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rRCVJhncQt95Db9xfMxW6TF/?lang=pt>. Acesso em: 02 maio 2025.

BRASIL. Ministério de Saúde. **Portaria nº 221, de 17 de abril de 2008**. Institui a Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária. Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0221_17_04_2008.html. Acesso em: 02 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, DF, 21 set. 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 02 maio 2025.

COSTA, E. A. P; GALVÃO, D. O; FIGUEIREDO, C. F. S; RODRIGUES, T. A; LEANDRO NETO, J. Uso indiscriminado de psicotrópicos por usuários assistidos na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa da literatura. **Humanum Sciences**, v.5, n.1, p.36-50, 2023. Disponível em:



<https://www.sapientiae.com.br/index.php/humanumsciences/article/view/214>. Acesso em: 10 maio 2025.

PARANHOS, Iracilda de Castro Machado et al. Autonomia em relação ao tratamento psicofarmacológico: percepções de usuários de um centro de atenção psicossocial. **Peer Review**, [S.l.], v. 5, n. 18, p. 438-450, 23 ago. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373352931_Autonomia_em_relacao_ao_tratamento_psicofarmacologico_percepcoes_de_usuarios_de_um_centro_de_atencao_psicossocial. Acesso em: 10 maio 2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. Secretaria Municipal de Saúde. **3º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e Relatório Anual de Gestão (RAG) – 2024**. Maringá/PR, mar. 2025a.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. Secretaria Municipal de Saúde. **Estratégia Saúde da Família**. Maringá/PR, 2025b. Disponível em: <http://www3.maringa.pr.gov.br/saude/?cod=estrategia-saude-familia>. Acesso em: 15 maio 2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. Secretaria Municipal de Saúde. **PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARINGÁ – PR: 2022 - 2025**. Maringá/PR, 2021.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. Secretaria Municipal de Saúde. **Planejamento: gerência de planejamento**. Maringá/PR, 2025c. Disponível em: <http://www3.maringa.pr.gov.br/saude/?cod=planejamento>. Acesso em: 02 maio 2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. Secretaria Municipal de Saúde. **Relatório Anual de Gestão – 2023: RDQA - 3º quadrimestre – 2023**. Maringá/PR, fev. 2024.

QUEIROZ, Annie Ferraz de et al. Impacto da cobertura e da qualidade da atenção básica nas internações por condições sensíveis à Atenção Primária em Sergipe de 2010 a 2019. **Research, Society And Development**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 1-13, 10 jan. 2022. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i1.25099>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25099/22177>. Acesso em: 02 maio 2025.

REUTER, Cristina; SOUZA, José de; MAURICI, Rosemeri. Hérnia diafragmática congênita: fatores associados ao óbito. **Arq. Catarin Med.**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. 82-93, mar. 2019. Disponível em: <https://revista.acm.org.br/arquivos/article/view/388>. Acesso em: 10 maio 2025.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (Brasília, DF). Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 1. ed. Brasília: MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012. 119 p.